

A JUC E A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA (1971-1974). ALGUMAS NOTAS

*José Leitão**

1. A importância dos movimentos da Acção Católica na formação da consciência política antes do 25 de Abril é um tema que suscita polémica, havendo quem valorize e quem considere menos relevante esse papel.

Na impossibilidade de proceder, neste momento, a uma investigação aprofundada sobre este tema, pretendo dar um modesto contributo apenas relativamente à JUC (Juventude Universitária Católica) para a resposta a esta questão através de um depoimento documentado, relativamente a um período limitado, a JUC de Lisboa entre 1971 e o 25 de Abril de 1974.

Ao falar da JUC, não posso deixar de referir que outros movimentos juvenis da Acção Católica desempenharam um grande papel nessa época, como a JOC (Juventude Operária Católica), a JEC (Juventude Escolar Católica), e a JAC (Juventude Agrária Católica).

Creio que este depoimento, embora circunscrito, pode retirar do esquecimento factos e iniciativas que têm sido ignorados. Não pretende ser um estudo académico, é um depoimento na primeira pessoa, que procurou ter em conta a documentação de que pode dispor.

2. A JUC de Lisboa na sequência das lutas estudantis nos finais dos anos 60 do século XX passou de um movimento dotado de salas em várias faculdades e de milhares de militantes para um pequeno conjunto de grupos, que se reuniam na sua sede, para celebrar e pensar a sua fé no Deus de Jesus Cristo à luz da revisão de vida.

Já sem uma presença significativa nas Faculdades, nomeadamente na Faculdade de Direito da Universidade Clássica, muitos jovens aderiam à

* Advogado. Foi membro da Equipa Diocesana da JUC de Lisboa e do Conselho Diocesano da Acção Católica de Lisboa.

JUC através de contactos pessoais, esse não foi o meu caso. Ingressei na JUC de Lisboa por minha iniciativa. Bati à porta na Avenida da República, frente à Feira Popular, por sugestão de um antigo presidente do CADC de Coimbra, Augusto Duarte Roseira que encontrei, de forma fortuita na Biblioteca Nacional quando preparava um trabalho contra a discriminação entre filhos legítimos e ilegítimos no direito de família de então.

Refiro porque nesse tempo não havia uma ação sistemática de recrutamento. Alfreda Ferreira da Fonseca, de uma geração mais jovem, refere o caso de uma adesão através da lista telefónica ao Movimento Católico de Estudantes – MCE, que sucederia à JUC, após a fusão da JEC e da JUC¹.

Apesar da drástica diminuição de militantes, de ter deixado de ser um movimento que mobilizava largas massas de estudantes universitários, havia equipas que não desistiram e continuaram a mobilizar jovens, animados por uma extraordinária equipa de assistentes coordenados pelo padre Miguel Ponces de Carvalho, que integravam o padre Ismael Sanches, o padre José Luís Seruya, o padre João Resina e, mais tarde, o padre Peter Stilwell.

O que me levou à JUC e, creio, que terá levado os que nela ingressaram nessa altura era procurar viver a fé de Jesus Cristo em Igreja, num contexto de profunda transformação social, cultural e política.

Tinha lido vários números do jornal *Encontro* da JUC, que nessa altura não se publicava e fora assinante da revista *Estudos* do CADC (Centro Académico de Democracia Cristã) de Coimbra, que era onde se integrava a JUC de Coimbra, lia *O Tempo e o Modo*, e simpatizava com o espírito crítico e progressista, cultural e socialmente empenhado, que transparecia nestas publicações, para além de ser assinante de um jornal laico e em papel cor-de-rosa, *O Comércio do Funchal*.

Devo dizer que não fiquei desiludido com a JUC e que este encontro marcou até hoje decisivamente a minha vida e que tenho uma dívida insaldável para com todas e todos que então me acolheram.

3. As razões da dívida para com a JUC, para além de aspetos pessoais, podem ser analisadas de forma objetiva através de referências partilháveis.

A JUC pretendia antes de mais ser um movimento de evangelização, uma evangelização entendida não apenas como a transmissão de uma mensagem, mas também como uma vida de fé empenhada num processo

¹ In *Os movimentos católicos juvenis na sociedade portuguesa*, Revista Portuguesa de Ciência de Religiões – Ano I, 2002/n.º2, pp.73-77.

histórico de libertação, como meio privilegiado para o anúncio da Boa Nova de Jesus Cristo.

Creio que assim se poderá resumir o espírito dominante nesse tempo, sem deixar de acrescentar que na JUC coexistiam e, por vezes, se afrontavam análises diferentes da sociedade portuguesa e da situação mundial e distintas leituras da doutrina social da Igreja, bem como diferentes perspectivas sobre o(s) marxismo(s) e sobre as relações entre o cristianismo e o marxismo(s).

A JUC era acima de tudo para mim e, ao que julgo, para todos nós nesse tempo, um espaço de liberdade e de pensamento livre não apenas no contexto da Igreja Católica, mas também da Universidade.

Discutiam-se nela todos os desafios culturais e sociais, a relação entre cristianismo e marxismo, a experiência mística e a filosofia de Ludwig Wittgenstein, através de inúmeras conversas do Germano Cleto e do padre João Resina, a que assisti deliciado.

4. A vida da JUC assentava nas reuniões de grupos, na celebração semanal da Eucaristia na sua sede e na realização anual dos campos de férias em Nossa Senhora dos Remédios, Peniche, que era o momento alto da vida do movimento, que reunia todos os grupos. Durante o ano realizavam-se encontros e colóquios.

No Campo de Férias de 1971, o primeiro a que fui, participaram membros dos vários grupos: de Medicina, do Grupo 2, a que pertencia, que tinha pessoas de várias faculdades, do GUT (Grupo da Universidade Técnica), do Grupo de Estudos Bíblicos, do Grupo de Estudos Teológicos, tendo-se formado dois grupos heterogêneos, Grupos 4 e 5 organizados no Campo.

No documento final do Campo pode ler-se:

“ (...) O Campo nem sempre foi fácil, facto que já prevíamos em virtude do pluralismo das pessoas e dos grupos. Muitas vezes tensões importantes surgiram. Contudo a unidade do Movimento saiu reforçada sobretudo devido a dois factores:

1.º) – A lealdade do confronto entre as pessoas e a fundamentação do trabalho na fé em Jesus Cristo que une, e que se exprimiu sobretudo na forma como foram vividas as eucaristias,

2.º) – O diálogo tido com o novo patriarca de Lisboa [D. António Ribeiro], no qual pusemos todas as nossas preocupações sobre a Igreja em Portugal e que nos mostrou que podemos trabalhar em Igreja, no respeito pelas vocações, carismas e ministérios de cada um (...).”

As posições dos diferentes grupos eram manifestamente diversas, mas foi possível identificar algumas questões comuns, assim identificadas no documento final, que era um documento de compromisso, a que se adicionaram anexos, nos quais as diferentes posições eram melhor caracterizadas.

No Documento Final era feita a seguinte caracterização da sociedade, da universidade e da Igreja:

“(…) Sociedade portuguesa: caracterizada por uma educação de base individualista e materialista; caracterizada por um marcado classismo (é nítida a diferenciação de classes exploradas e exploradoras, estas dominando o aparelho político, informativo, cultural e educacional); sociedade marcada por uma prolongada guerra e por uma emigração maciça.

Universidade portuguesa: reflectindo em traços gerais esta sociedade, prepara pelo seu estilo de ensino, conteúdo e monolitismo das matérias apenas agentes da estrutura classista, com a agravante de ser uma universidade de elite, em que o proletariado não está praticamente representado. Este facto também se repercute nas correntes do movimento estudantil.

Igreja, em muitos aspectos pré-conciliar, numa piedade exclusivamente sacramentalista, com pouca maturidade da fé dos cristãos, concepção “autoritarista” do ministério hierárquico, aliança muitas vezes verificada entre a hierarquia e as classes dominantes e o poder estabelecido, mas onde se levantam esperanças de modificação do “status quo” pela acção de alguns grupos quer pela renovação dos quadros hierárquicos, quer ainda pela responsabilização de alguns leigos que se sabem também Igreja”.

Se valorizo tanto este campo de férias é porque nele se travaram debates animados e foi possível manter a unidade na diversidade e o diálogo com a hierarquia.

5. A preocupação com o confronto das bases da ACP com o funcionamento da JUC, a melhor forma de inserção da JUC nas estruturas locais e nacionais da Acção Católica está presente nas reflexões, encontros e documentos de trabalho. Uma outra questão recorrente era a forma de levar a cabo a revisão de vida.

A propósito da revisão de vida escrevia-se num anexo de um documento preparatório do Campo de Férias de 1972:

“A Revisão de Vida dá aos militantes o sentido exacto da sua missão, colocando-os perante as exigências do Reino de Deus e as realidades concretas da sua vida, e, feita a equação destas duas realidades, há que tomar uma atitude ou assumir um compromisso. Desta forma formam-se os apóstolos da juventude estudantil.”

“(...) Esta é fundamental, porque é preciso “ver” a vida estudantil para a “julgar” e nela “agir”. Este é o método da AC; este é o espírito que deve inspirar e animar; estes os três tempos da acção jucista. A falência de muitas equipas deve-se à sua falta de actuação ou da sua actuação à margem da vida real, com equipas isoladas da massa estudantil; uma elite, que talvez o julgue ser, mas não é pois que a elite só é verdadeiramente elite em relação à massa. Uma elite só se justifica enquanto for expressão da massa e actuar ao serviço da massa estudantil.”

6. A partir do Campo de Férias de 1972, fui designado pelo meu grupo de base a Comunidade, ex-grupo 2, para integrar a Equipa Diocesana da JUC, vindo a ser escolhido pela mesma para o Conselho Diocesano da Acção Católica, integrando em Abril de 1973, o Secretariado Executivo do Conselho.

Viria a demitir-me nessa altura desse órgão, porque entendi que estando já ligado a um partido clandestino que ia ser criado nesse mês, o Partido Socialista, poderia vir a ser alvo de repressão e não queria que a Acção Católica Diocesana fosse atingida.

Coloquei a questão, aquando da realização de uma reunião de trabalho do Secretariado Executivo do Conselho com o D. António Ribeiro, sem mencionar o nome da organização política a que estava ligado. O Mário Coelho, que assistiu, defendeu que devia permanecer, D. António Ribeiro deixou a questão ao meu critério, não disse que o devia fazer, mas também não me dissuadiu de o fazer.

7. De 18 a 20 de Março de 1972, a JUC organizou no Seminário dos Olivais, um encontro com o professor Francisco Pereira de Moura sobre *“Economia Portuguesa: Situação e Caminhos”*, um autêntico mini-curso, que teve uma larga e interessada participação e que veio a ser publicado no seu livro *Por Onde Vai a Economia Portuguesa?*.

De Dezembro de 1972 a Maio de 1973 foi realizado um conjunto significativo de iniciativas, divulgadas na Universidade que correspondiam às preocupações do movimento e que vale a pena recordar.

Dezembro de 1972: *“A Justiça nos documentos recentes da Igreja”*, duas sessões, e *“Liberdade no marxismo, existencialismo e cristianismo”* (padre João Resina).

Janeiro de 1973: *“Evolução e Origens do Homem. Pecado Original numa Perspectiva Evolucionista”* e *“A Origem do Homem e a Fé Cristã”* (padre Miguel Ponces de Carvalho); *“A Sociedade Portuguesa e a Doutrina Social da Igreja”* e *“Sociedade Portuguesa e Sinais dos Tempos”*

(padre José Carlos de Sousa); *“Evangelho e Moral Contemporânea”*, *“Relativismo Moral – Mudança do eixo da moralidade?”* e *“Valores e contra-valores quais os seus parâmetros essenciais”* (dr. Luís Moita).

Fevereiro de 1973: *“Marxismo e Cristianismo”* (padre Resina e padre Manuel Antunes) e *“Cristianismo: Violência ou não violência?”* (padre João Resina);

Março de 1973: *“Historicidade dos Evangelhos”* (frei Raimundo), *“Sentido e Significado dos Sacramentos”*, *“Historicidade dos Evangelhos”* e *“A penitência”* (frei Luís de França).

Abril de 1973: *“A oração”* (padre José Luís Seruya), *“Salvação e Libertação Política I”* (padre Ismael Sanches).

Maio de 1973: *“Salvação e Libertação Política”* (padre Ismael Sanches) e *“Direitos Fundamentais na Sociedade Portuguesa e Consciência Cristã”* (frei Bento Domingues).

A JUC de Lisboa com este calendário de programações, divulgado em várias faculdades, procurava atingir um conjunto mais alargado de estudantes, apresentando-se da seguinte forma: *“A JUC agrupa cristãos que estão na Universidade, dispersos pelas diversas Faculdades e Institutos, e que se encontram regularmente na Sede para reflectir em comum as exigências evangélicas da sua fé em Jesus Cristo, aqui e agora, e para confrontar com essas exigências a honestidade e a correcção da prática que vão tendo.”*

A fé em Jesus Cristo continua sendo um factor decisivo de mobilização das pessoas e dos grupos, e a JUC vive o Movimento da Força de Espírito que actua em todos; em Lisboa, no Porto, em Coimbra. A unidade da fé não exige uniformidade de posições e assume o pluralismo das experiências profundas que fazem a história avançar qualitativamente, mas exige uma consciência bem informada e um empenhamento coerente.”

A JUC não organizou apenas estes colóquios, realizou outros menos divulgados, por vezes, de forma mais discreta, em que participaram, nomeadamente, Jaime Gama, Luís Salgado Matos, Francisco Salgado Zenha e Mário Sottomayor Cardia.

O debate sobre o(s) marxismos envolveu o padre João Resina, o padre Manuel Antunes, mas também Mário Sottomayor Cardia.

8. Em 1973 é publicada a Carta Pastoral do Episcopado da Metrópole no X aniversário da *“Pacem in Terris”*, que é recebida com muito interesse pela JUC e alimenta um alargado debate com base num docu-

mento de trabalho, em Setembro de 1973, que para além de uma leitura da referida carta, coloca um conjunto de questões, que vale a pena recordar para perceber o que nos preocupava naquele tempo. Relativamente à paz, tendo em conta a guerra com que estávamos confrontados, perguntava-se: *“Em que sentido achamos nós que os bispos se devem pronunciar? E nós JUC, que posição devemos tomar, que estratégia em ordem à paz devemos seguir?”*

Partindo da análise feita do contexto mundial, perguntávamo-nos: *“Por que forma se traduzem no nosso país os problemas enunciados num contexto mundial? Quais os direitos fundamentais que não são respeitados em Portugal? Sendo estes direitos anteriores e superiores a qualquer ordem jurídica positiva, e não podendo a igreja alhear-se das lutas em que se jogam, qual a participação que a nossa comunidade deve ter nessa luta? E qual a participação que entendemos que os bispos devem ter?”*

Tendo em conta as referências da Carta Pastoral à missão da igreja em prol da redenção e libertação do género humano de todas as situações opressivas, colocávamos as seguintes questões: *“Como podemos concretizar a nossa acção face a essas situações? Que tipo de soluções de ordem da organização social e política se podem propor ou exigir para a problemática social?”*.

E acrescentávamos: *“que compete à comunidade JUC? Tomar uma linha política própria? Confrontar em grupo-base os problemas postos pela participação das pessoas e relacioná-los com a fé em Cristo actuante na história?”*.

Outras questões: *“perante o reconhecimento da legitimidade do pluralismo político e as restrições ao seu exercício, o que nos compete e deveremos fazer na linha de lutar pelo seu reconhecimento efectivo? Quais as exigências necessárias para que o sufrágio possa ser “livre” e “ordenado”? Os nossos meios de comunicação social reflectem o pluralismo das opções? Que fazer nesse sentido?”*.

A participação nas estruturas da Igreja suscita também a interrogação: *“Não existindo formas de representatividade dos leigos entre nós, não se torna necessário criá-las?”*.

Premonitoriamente em relação ao 25 de Abril de 1974, terminava-se com esta pergunta, a propósito da acção violenta: *“Depois da destruição violenta da experiência da instauração democrática do socialismo no Chile, é possível sustentar que em todos os casos as vias do diálogo democrático permitem caminhar para a instauração de mais justiça?”*.

Terminava-se considerando que a Carta Pastoral “*merece ser acolhida como um passo em frente numa procura de compromisso na libertação do País, que precisa, que todos nós, como todas as outras comunidades cristãs a confrontem com a realidade portuguesa e a procurem traduzir na prática pelo seu empenhamento efectivo*”.

9. Não podemos esquecer que a reflexão dos jovens militantes da JUC era fortemente alimentada pela permanente circulação de textos policopiados que incluíam tomadas de posição de outros movimentos católicos, nacionais ou estrangeiros, sobre questões sociais, sobre a guerra colonial como os massacres de Tete, as homilias dos padres Sampaio e Fernando (padres de Macuti, contra a guerra colonial em Moçambique de 1 Janeiro de 1972), a mensagem do Conselho de Presbíteros da Beira, a prisão e o julgamento do padre Mário de Oliveira, a prisão do militante da LOC (Liga Operária Católica), Manuel Martins Felizardo, denunciada no Boletim da JUC de Nov. 1973. Recorde-se também a importância de tomadas de posição do Papa Paulo VI sobre o desenvolvimento e a paz, e de muitos outros bispos e episcopados, nomeadamente: “*A opção socialista*”, comunicado da Comissão Episcopal do Mundo Operário aos bispos da Conferência Episcopal Francesa, de 21 de Maio de 1972; “*O Evangelho, política e socialismo*”, documento de trabalho da Conferência Episcopal do Chile de Abril de 1972; a homilia a sobre a paz de D. Manuel Vieira Pinto, bispo de Nampula “*Se queres paz trabalha pela justiça*” de 1 de Janeiro de 1972. Não podemos também ignorar a importância de vários documentos do magistério da Igreja, como a “*Carta Apostólica Octogésimo Adveniens*”, de Paulo VI, de 14 de Abril de 1971.

Foram também traduzidos e policopiados pela JUC excertos do livro de Jean Guichard “*Le marxisme*”, editado pela Chronique Sociale de France, Lyon.

Houve também acontecimentos que provocaram acções de solidariedade, que envolveram muitos militantes da JUC, como as acções de solidariedade na sequência das detenções efetuadas aquando dos acontecimentos ocorridos na Capela do Rato contra a guerra colonial, em 30/31 de Dezembro de 1972 e 1 de Janeiro de 1973.

10. O texto enquadrador do Campo de Férias de 1974 da JUC abria com excertos do Programa do Movimento das Forças Armadas, a que se seguiam textos relativos à celebração penitencial, textos bíblicos, um texto sobre a condenação das injustiças económicas apresentado ao Con-

cílio por um conjunto de leigos brasileiros, um texto de Teilhard de Chardin sobre o Fenómeno Humano e outro de France Quere sobre o Servo Sofredor.

Era o fim de uma época e o começo de novos caminhos, com a partida de muitos de nós para quem a JUC fornecera formação moral, cultural e doutrinal, que nos dava alguma vantagem relativamente a outros jovens que não tinham passado por esta escola para uma ação política ativa².

11. Num relatório apresentado pela JUC portuguesa à JEC europeia em Bruxelas, 2-5 de Janeiro de 1975, escrevia-se: “(...) *A situação actual permite aos militantes empenbarem-se livremente nos movimentos com os quais se identificam. Por esse facto a JUC não sente mais a necessidade de ser um local de iniciação política esta faz-se nos locais próprios, mas torna-se cada vez mais um local de dinamização dos estudantes em referência ao Cristo, um local de celebração e irradiação da sua fé, isto através da revisão de vida, partilhada em equipa e dado o estilo de actividade do movimento e do seu funcionamento.*

Verifica-se que as linhas políticas escolhidas pelos militantes são todas de esquerda, da social-democracia aos movimentos de inspiração marxista quanto aos métodos de análise e de luta (...)”.

O relatório, cuja autoria, desconheço, mas que foi divulgado numa publicação policopiada, intitulada “*A prática dos Movimentos, relatórios, síntese dos trabalhos*”, (JUC, Janeiro, 11, 1975) faz, a meu ver, uma leitura ponderada da forma como era analisada teologicamente a ação da JUC nesse tempo.

O relatório considera que:

² Arons de Carvalho, membro fundador do PS e primeiro Secretário Coordenador da Juventude Socialista refere a influência desses militantes provenientes da JUC na Juventude Socialista nos seguintes termos: “Para a criação da JS, contribuiria igualmente um importante grupo de jovens originários de sectores católicos progressistas ligados à Juventude Universitária Católica (JUC) nomeadamente José Leitão e Margarida Marques, cujos primeiros contactos e participação nas atividades dos jovens socialistas se concretizaram no início dos anos 70”, *«Um testemunho sobre a JS – Do período anterior à fundação até ao II Congresso»*, *Socialismo no Século XXI*, Esfera do Caos Editores, Lisboa, 2010, p.10.

Carlos Marques, que fora presidente da JUC de Lisboa em 1968, esteve ainda presente no Campo de Férias de 1971. Mas tarde, como outros militantes, viria a abandonar a JUC. Veio a distinguir-se posteriormente como dirigente da UDP (União Democrática Popular).

“Os objetivos da JUC fundam-se sobre os seguintes princípios teológicos:

1 – A redenção realizada por Jesus Cristo deve ser actualizada pela comunidade daqueles que acreditam nele, quer dizer, pela Igreja que é a comunidade onde nasce e cresce a fé, e que deve ser sinal cada vez mais eficaz e menos ambíguo dessa redenção.

2 – A redenção de Jesus Cristo concretiza-se historicamente não apenas num processo individual mas num processo colectivo e histórico de libertação. Este processo passa pela mediação política no qual cristãos e não-cristãos estão empenhados.

3 – Ao nível da fé nenhuma prática política pode ser reivindicada como exclusivo dos cristãos, nem como a única dos cristãos. Numa óptica de libertação os cristãos escolhem as análises e as práticas segundo critérios estratégicos e táticos julgados mais correctos por cada um, abertos contudo à confrontação com outras opções. A JUC pratica e favorece esse pluralismo decorrente duma visão de libertação colectiva que nos vem do Evangelho, em ordem a evitar o totalitarismo e o monolitismo.

4 – Não se pode cair no reducionismo da fé no político ou vice-versa, nem no dualismo entre a fé e empenhamento. A revisão de vida é o acto que nos impede de cair no reducionismo ou no dualismo,

5 – A fé que se exprime no amor e que é dinamizada pela esperança, põe questões a todas as etapas históricas dum processo de libertação. A fé tem portanto uma função crítica e dinamizante neste processo.”

A inspiração teológica era mais próxima da nova teologia política de Johann Baptist Metz do que do crer é comprometer-se de José Maria González Ruiz. O que funcionava como horizonte, mais do que uma qualquer utopia, ou ideologia, era a dimensão escatológica e crítica da fé, uma teologia política, que mesmo para aqueles que não o leram era muito nele inspirada. O padre Miguel Ponces de Carvalho era um leitor e conhecedor desta teologia, aliás, um homem sensível, culto e permanentemente atento aos sinais dos tempos.

Tendo-o como assistente diocesano foi possível que a JUC não tivesse implodido antes do 25 de Abril, foi possível a muitos de nós aprofundarmos a nossa fé e conseguirmos viver em Igreja a nossa luta a nível estudantil, e ou político, coexistindo com quem tinha outras opções de vida de forma fraterna.

A mediação política da vivência da nossa fé, permitiu-nos perceber que a fé em Jesus Cristo, nem era uma ideologia, nem era descartável, mas permitia-nos ser militantes políticos com um elevado grau de consciência crítica.

Esta dimensão da JUC nesse período não deve ser ignorada ou menos conhecida a nível da Igreja do que em meios laicos.